



relações
institucionais

INFORME

SEMANAL

IRI Nº 124

27 de Novembro a 01 de Dezembro de 2023



Foto: AEN



Foto: Nami Gois / arquivo ALEP



SENADO APROVA PL DO ALIMENTO MAIS SEGURO



APROVAÇÃO DO PL DO ALIMENTO MAIS SEGURO

O Plenário do Senado aprovou o projeto (PL 1459/2022) que estabelece um novo marco legal para a produção, comercialização e utilização de defensivos agrícolas, conhecido como PL do Alimento mais Seguro.

O projeto foi aprovado em votação simbólica no plenário do Senado Federal, sendo aprovado por unanimidade. O texto aprovado é um substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 526/1999, de autoria do então Senador Blairo Maggi (MT), ex-ministro da Agricultura.

O relator, senador Fabiano Contarato (PT-ES), foi o responsável pelo parecer final na Comissão de Meio Ambiente do Senado. O relator emitiu parecer favorável ao projeto com alterações; no entanto, manteve a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Ibama e Anvisa de conceder o registro e realizar as análises de risco, conforme previa o texto da Câmara. Em seu discurso em plenário, a Senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura, destacou que o novo marco proporcionará aos agricultores brasileiros o acesso a defensivos de última geração, promovendo benefícios tanto para a produção quanto para o consumidor. O projeto agora aguarda a sanção presidencial.

Sessão Planária Senado Federal:



Fonte: Agência do Senado.

CONTEXTO DA MUDANÇA

O marco regulatório atual que trata de pesquisa, produção, uso e descarte de pesticidas na produção de alimentos é de 1989 e é considerado ultrapassado para os parâmetros modernos.

Atualmente, as normativas estabelecem procedimentos distribuídos entre três órgãos regulatórios distintos, sem o auxílio da informatização ou integração de processos, resultando em um processo de liberação de substâncias mais dispendioso e com uma demora que pode chegar a até oito anos. Com a nova legislação, o Ministério da Agricultura e Pecuária torna-se o órgão responsável por centralizar essas informações, compartilhando-as com os demais órgãos.

Segundo os parlamentares, a legislação vigente também não leva em consideração as particularidades da agricultura tropical, caracterizada por um clima que não apresenta distinções evidentes entre as estações do ano, ao contrário do que ocorre nas zonas temperadas de onde a antiga legislação se baseou. Isso cria uma situação em que pragas e doenças podem facilmente transcender de uma safra para a outra, tornando o controle mais desafiador.





ENCERRADO O PRAZO DE EMENDAS AO PPA NACIONAL

DEPUTADOS E SENADORES APRESENTAM 279 EMENDAS AO PPA

Deputados e senadores propuseram 279 emendas ao projeto de lei do Poder Executivo que institui o Plano Plurianual 2024-2027 (PLN 28/23). A maioria dessas emendas, 112 delas, refere-se a investimentos não contemplados no projeto original. Conforme o cronograma atual, a votação do relatório final na Comissão Mista de Orçamento (formada por deputados e senadores) está prevista para até o dia 7 de dezembro. O relator encarregado da análise das emendas é o deputado Bohn Gass (PT-RS).

O Plano Plurianual compreende 88 programas finalísticos do governo distribuídos em três eixos: institucional, econômico e social. A finalidade é realizar um planejamento para os próximos quatro anos, orientando a elaboração dos orçamentos anuais.

Destacam-se as emendas que buscam criar ou modificar programas, como a apresentada pelo deputado Afonso Hamm (PP-RS) para o fortalecimento da pesquisa e inovação agropecuária, com um montante de R\$ 3 bilhões até 2027. O valor total no projeto é de R\$ 819,5 milhões. O deputado justifica a proposta, afirmando: "A proposta de aumento do orçamento, embora não altere as metas estabelecidas no Plano Plurianual, tem como objetivo assegurar que a Embrapa tenha os recursos necessários para enfrentar os desafios relacionados à sustentabilidade da agropecuária brasileira".

Imagem- Comissão Mista de Orçamento – Congresso Nacional



Fonte: Agência da Câmara.

PLANO PLURIANUAL 2024-2027

O PPA do próximo quadriênio é um documento que vem sendo elaborado por várias mãos e que orienta as ações do governo durante 4 anos. Através do diálogo permanente com a população, representada nos conselhos estaduais, colegiados e grupos de trabalho territoriais, o governo está construindo um projeto de visão de futuro para a atual gestão.

A discussão do PPA passou pelo estado do Paraná em uma sessão especial na Assembleia Legislativa e contou com a presença de autoridades e representantes de movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada. O governo do estado, representado pelo governador Ratinho Junior e pelo Secretário do Planejamento Guto Silva, também apresentou propostas, incluindo uma lista de mais de 150 pleitos de interesse do governo e da população paranaense.

O PPA participativo é coordenado pela Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB-MS), com a colaboração interministerial de diversas pastas abordando temas de interesse nacional. A votação do PPA ocorre em sessão conjunta no Congresso e deve ser aprovada antes do recesso parlamentar do primeiro ano de cada governo.



Imagens- Apresentação e entregas de propostas ao PPA no Paraná:

